

1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da ação da vossa força política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico, e uma sociedade futura sem distinções entre cidadãos por critérios de religião, etnia ou «raça», particularmente num momento em que muitos imigrantes residem em Portugal?

O Volt é um partido comprometido com a liberdade individual e religiosa e igualdade social. Temos várias medidas para este propósito, que deixamos abaixo.

Desenvolver e implementar políticas que permitam que todos os indivíduos, independentemente da sua ascendência, identidade de género, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, tenham o direito de livre acesso à Internet.

Treinar juízes, magistrados e outros funcionários públicos para reconhecer e lidar com preconceitos implícitos em relação às minorias. Deve haver uma formação dedicada e repetida periodicamente (de forma a evoluir o ensino para se adequar às variações demográficas e de sociedade) a todos os meios responsáveis pela execução jurídica e policial no país.

Incentivar e preservar a diversidade nas escolas para promover melhores oportunidades educativas. A promoção da diversidade nas escolas tem várias vantagens, incluindo benefícios educativos e a promoção de boas relações entre pessoas de diferentes origens. Garantir os direitos e conquistas na lei de nacionalidade, como é o caso dos portugueses de origem sefardita, e não permitir recuos na lei.

2. São favoráveis à revogação da Concordata (que não confere direitos, atribui privilégios) e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma que esta seja plenamente aplicável à igreja católica, progredindo, portanto, para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?

Acima de tudo, reavaliar a forma como a lei está em vigor neste momento, e fazer as alterações necessárias para cumprir as medidas apresentadas na resposta 1.

3. Concordam com o fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento permite inclusivamente que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares, e que segrega alunos por religião num espaço - o da escola pública - que deveria ser inclusivo?

Sim.

4. Defendem a revogação do n.º5 do artigo 135 do Código do Processo Penal, que coloca o segredo religioso acima do sigilo das profissões laicas, e também a revogação do artigo 5.º da Concordata, que estipula que os «eclesiásticos não podem ser perguntados pelos magistrados ou outras autoridades sobre factos e coisas de que tenham tido conhecimento por motivo do seu ministério»?

Se, quando chegarmos à Assembleia da República, a lei ainda estiver em vigor nos termos que descrevem, sim.

5. São favoráveis ao fim da realização de cerimónias religiosas em instituições estatais (escolas, universidades e Forças Armadas, entre outras)?

Somos a favor de uma revisão da lei, para garantir a igualdade religiosa e a total separação da igreja e do Estado, também pelo uso das suas infra estruturas sem qualquer espécie de tratamento especial.

6. São favoráveis a que não denunciar o crime de abuso sexual de menores passe a ser crime para pessoas com responsabilidades, mesmo que temporárias, no cuidado de menores, nomeadamente funcionários de organizações de assistência social e sacerdotes de comunidades religiosas?

Sim, pela garantia da separação de Igreja e Estado.

7. A liberdade de expressão é um pilar das sociedades abertas e democráticas, contestado de formas diversas por fundamentalismos religiosos e políticos. Defendem a revogação dos artigos do Código Penal português que podem ser usados para criminalizar a blasfémia (nomeadamente o nº1 do artigo 251 e o nº2 do artigo 252)?

O Volt Portugal é defensor da liberdade de expressão, ao mesmo tempo que procura garantir a proteção de todos os cidadãos da Europa contra discurso de ódio. Numa primeira ação, se eleitos na Assembleia da República, propomos uma revisão da lei que descreve, para garantir estes dois pilares.

8. A Lei n.º 22/2023, de 25 de maio, foi aprovada há já dois anos e continua sem regulamentação. Defendem que o próximo governo regulamente finalmente esta lei?

O Volt Portugal é totalmente a favor da revisão desta lei, para garantir, com base na evidência científica, a sua eficácia. Se tal se revelar não estar a acontecer, o nosso pragmatismo impera que se faça revisão ou revogação necessária.